

Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. **Mercado de Atuação:** A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander atuante no segmento de administração e gestão de fundos de investimentos. Em atendimento ao §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 15.177/2025, a Santander DTVM informa que: (i) Empregados por nível hierárquico: a Santander DTVM não possuiu empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) Composição da empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os passivos totais

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Ativo Circulante e Não Circulante		290.421	
Disponibilidades	4 e 13 c	517	
Outros Passivos			2.203
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		265.060	
Títulos e Valores Mobiliários	5 e 13 c	265.060	
Outros Ativos	6	22.621	
Ativos Fiscais Diferidos	7 a	2.223	
Permanente			2.223
Investimentos	8	274.166	
Participações em Controladas		224.135	
Ativo na Aquisição de Sociedades Controladas		305.936	
(Amortização de Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas)		(255.905)	
Total do Ativo		564.587	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2024		574.409	-	-	(28.178)	(63.594)
Lucro do Exercício		-	-	-	-	73.810
Reserva Legal		-	511	-	-	(511)
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	(485)
Reserva Estatutária		-	-	9.220	-	(9.220)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	12 d	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		574.409	511	9.220	(28.180)	555.960
Saldos em 31 de junho de 2025		574.409	511	9.220	(28.156)	555.960
Lucro do Semestre		-	-	-	-	66.311
Reserva Legal		-	511	-	-	(511)
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	(485)
Reserva Estatutária		-	-	9.220	-	(9.220)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	12 d	-	-	-	(24)	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		574.409	511	9.220	(28.180)	555.960
Mutações no Semestre		-	-	-	(24)	56.095

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional
A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM), controlada pela Santander Leasing S.A. (Santander Leasing), atua no mercado de administração e gestão de títulos e valores mobiliários, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). O Conglomerado Santander é responsável pela prestação de serviços relacionados à gestão e controle operacional das operações das negociações de títulos e valores mobiliários realizadas através da instituição. A partir do ano de 2022 a instituição passou a administrar parte dos fundos de investimentos que anteriormente eram administrados pelo Banco Santander. E a partir do segundo semestre de 2023 a Instituição passou a realizar a atividade de gestão dos Fundos do segmento Private. Durante o ano de 2025 a quantidade de fundos administrados totalizou 1.004 fundos ativos, sendo 493 fundos sob gestão. As operações de administração são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas, sendo realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander DTVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do BACEN e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosi) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Santander DTVM avaliou e não ocorreram impactos contábeis relevantes provenientes da aplicação da Resolução BCB nº 352/2023 que dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas e o valor justo de ativos financeiros.

A Santander DTVM em conformidade com o disposto na Resolução BCB nº 352/2023 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes ao período do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 28 de março de 2026.

b) Adoção de Novas Normas
As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis a Santander DTVM, entraram em vigor a partir de, ou após 1º de janeiro de 2026.

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático o que não a parecia anteriormente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao governo (mercado de cash payment), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ética da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

A Administração vem acompanhando todas as mudanças relativas a reforma e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

c) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com convertibilidade imediata, sujeito a uma insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Instrumentos Financeiros
A classificação dos instrumentos financeiros é realizada com base no modelo de negócios da Instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023.

Os ativos financeiros são classificados em:

Custo Amortizado: quando são mantidos para obtenção de fluxos de caixa contratuais e estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros (SPPI).

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para geração de fluxos de caixa contratuais e para venda.

Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): inclui os ativos que não se enquadram nas categorias anteriores.

Os passivos financeiros, por sua vez, são mensurados, ao custo amortizado, exceto quando estes se enquadram nas situações específicas previstas na norma (como derivativos, contratos híbridos e garantias financeiras), sendo nestes casos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização/e ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos/e ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo líquido ao seu valor de mercado no dia de realização.

Os saldos reais e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

d.1) Participações de controladas
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. A mudança no escopo de consolidação consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento. A resolução CMN nº 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, a principal alteração que trazia a extinção do "Cost" "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como títulos e valores mobiliários, a resolução passou a vigorar em janeiro de 2022.

d.2) Ativo Intangível - ágio
O ágio na aquisição é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor. Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos e similares, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos. Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear com base em períodos de tempo e vida útil estimada considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.

e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias
A Santander DTVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são estimativas de prováveis obrigações a serem pagas a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e a perda é exigível. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander DTVM, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Após rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

As Administradoras e Acionistas
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre demonstrado, nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público, e, cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência obtida por meio de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase - Informações comparativas
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução

administrativa em 31 de dezembro de 2025, a administração era composta por 5 membros, dos quais 20% eram mulheres e 80% homens. **Patrimônio Líquido e Resultado:** Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 555.960. O resultado apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de lucro líquido no valor de R\$ 73.810. **Ativos e Passivos:** Em 31 de dezembro de 2025, os ativos totais atingiram R\$ 564.587. Desse montante, destacamos-se R\$ 274.166, representados pelos investimentos em controladas na Santander CTVM (anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e Santander Investimentos (anteriormente denominada Toro Investimentos). Além disso, dentro do total de ativos, há o valor de R\$ 265.060 referente a Títulos e Valores Mobiliários (TVM). Em 31 de dezembro de 2025, os passivos totais

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO			
	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Passivo Circulante e Não Circulante		8.627	
Outros Passivos	9	2.203	
Provisões	11 b	948	
Passivos Fiscais Correntes		110	
Patrimônio Líquido		555.960	
Capital social			
De Domiciliados no País	12 a	574.409	
Reservas Legal		511	
Reservas de Lucros		9.220	
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	8 e 12 d	(28.180)	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		564.587	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025			
Rendas da Intermediação Financeira		16.484	27.298			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	13 c	16.484	27.298			
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		16.484	27.298			
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		79.005	91.485			
Receitas de Prestação de Serviços	14	123.411	209.424			
Despesas com Pessoal	15	(136)	(1.209)			
Outras Despesas Administrativas	16	(14.994)	(48.565)			
Despesas Tributárias	(9.018)	(15.259)	(15.259)			
Resultado de Participações em Controladas	8	4.192	(3.965)			
Amortização de Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	8	(25.072)	(50.144)			
Outras Receitas Operacionais	17	622	1.203			
Resultado Operacional		95.489	118.783			
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		95.489	118.783			
Participações de Funcionários		-	(93)			
Resultado Antes da Tributação		95.489	118.690			
Imposto de Renda e Contribuição Social		(29.178)	(44.880)			
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(31.401)	(47.103)			
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		2.223	2.223			
Lucro do Exercício		66.311	73.810			
Nº de Ações (Mil)	12 a	461.420	461.420			
Lucro por lote de mil ações - em R\$		143,71	159,96			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Participações de Controladas

Em 31 de dezembro de 2025 ocorreu a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Santander CTVM, onde foi deliberado, dentre outros assuntos, o aumento de capital da Companhia em R\$ 76,346 com a emissão de 8.445.354 (oito milhões e quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentas e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Devido a esse aumento a Santander DTVM passou a deter 48,35% de participação na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a Santander DTVM detém 48,35% de participação na Santander CTVM e o restante é pertencente ao Banco Santander Brasil, assim sendo é classificada como participações em controladas. Já para a Santander Investimentos, a Santander DTVM possui 13,23% e o restante (86,77%) pertence a Santander CTVM, com a Santander DTVM possuindo uma participação consolidada de 64,98% sobre a Santander Investimentos. Demonstramos abaixo as movimentações do período.

Composição do Investimento

		Valor dos Investimentos		Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽¹⁾		Resultado da Equivalência Patrimonial	
Controladas da Santander DTVM	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Santander Investimentos	397.522	(5.252)	189.663	(49.312)	(1.893)		
Soc. Pres. de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	276.321	(15.667)	34.472	77.492	(2.072)		
SubTotal	673.843	(20.919)	224.135	28.180	(3.965)		

Composição do ágio e dos ativos identificáveis

	Vida útil	Custo	Amortização	Líquido
Relacionamento com Clientes	0,6 anos	13.500	(13.500)	-
Acordo não-concorrência	5 anos	6.660	(6.216)	444
Marca	7 anos	21.720	(14.480)	7.240
Acervo Educacional	3 anos	8.400	(8.400)	-
Tecnologia Step-up	7 anos	94.887	(63.258)	31.629
Ágio (goodwill)	5 anos	160.769	(150.051)	10.718
Total Geral		305.936	(255.905)	50.031

Movimentação - Amortização

	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Relacionamento com Clientes	(13.500)	(13.500)	(13.500)
Acordo não-concorrência	(4.884)	1.302	(3.582)
Marca	(11.377)	(1.303)	(14.480)
Acervo Educacional	(8.400)	-	(8.400)
Tecnologia Step-up	(49.703)	(13.555)	(63.258)
Ágio (goodwill)	(117.897)	(32.154)	(150.051)
Total Geral	(205.761)	(50.144)	(255.905)

Os Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial seus detalhes foram adicionados na nota explicativa 12 d.

9. Outros Passivos

	31/12/2025
Contas e Despesas a Pagar ⁽¹⁾	1.550
Dividendos a Pagar	485
Provisão de 13º salário, Férias, Bônus e Encargos Sociais	168
Total	2.203

10. Passivos Fiscais Correntes

	31/12/2025
Tributos sobre receita	5.460
Tributos retidos de terceiros	5.476
Total	10.936

11. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2025 não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3 e).

a) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos por Natureza

	31/12/2025
Provisão para Riscos Fiscais	196
Provisão para Processos Cíveis	498
Provisão para Processos Trabalhistas	254
Total	948

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2025 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 574.409, representado por 461.420 ações ordinárias nominativas.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram destinados juros sobre o capital próprio e foram registrados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 485, a serem distribuídos aos acionistas.

c) Reservas
Conforme estabelecido no contrato social, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

d) Reserva Legal
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que ela atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

e) Reservas Estatutárias
As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da instituição, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

f) Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial
Referem-se ao ágio e às aplicações complementares da Santander CTVM e da aquisição de ações da Santander Investimentos. Por se tratar de empresas já controladas pela Santander DTVM direta e indiretamente, respectivamente, esse valor foi registrado em patrimônio líquido.

g) Partes Relacionadas
a) Retenção de Pessoa-Chave da administração
Referem-se ao ágio e às aplicações complementares da Santander CTVM e da aquisição de ações da Santander Investimentos. Por se tratar de empresas já controladas pela Santander DTVM direta e indiretamente, respectivamente, esse valor foi registrado em patrimônio líquido.

b) Partes Relacionadas
a) Retenção de Pessoa-Chave da administração
Referem-se ao ágio e às aplicações complementares da Santander CTVM e da aquisição de ações da Santander Investimentos. Por se tratar de empresas já controladas pela Santander DTVM direta e indiretamente, respectivamente, esse valor foi registrado em patrimônio líquido.

c) Reservas
Conforme estabelecido no contrato social, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.